

Contribuições para uma teoria política marxista dos "movimentos sociais"*

Eliei Machado**

Não se diga que o movimento social exclui o movimento político.

*Não há, jamais, movimento político
que não seja, ao mesmo tempo, social.*

Karl Marx, A miséria da filosofia

Resumo:

A partir de algumas contribuições de Nicos Poulantzas, este artigo propõe uma análise distinta dos "movimentos sociais", a começar pela defesa de que eles dizem respeito a todas classes sociais nas formações capitalistas. A base de sustentação desta hipótese está calcada em dois aspectos inter-relacionados: de um lado, a autonomia relativa do Estado burguês induz todas as classes sociais a se organizarem em "movimentos"; de outro, eles são, da mesma forma que os partidos e sindicatos, representações defasadas das classes na cena política.

Palavras-chave: teoria política; Nicos Poulantzas; classes; movimentos sociais.

Contributions for a Marxist Political Theory of "Social Movements"

Abstract:

Based on contributions from Nicos Poulantzas, this article proposes a different analysis of "social movements," beginning with a defense of what they suggest about all social classes in capitalist formations. The base of support for this hypothesis can be found in two interrelated aspects: on the one hand, the relative autonomy of the bourgeois state induces all social classes to organize "movements," on the other hand, they are, like parties and unions, outdated representations of classes on the political stage.

Keywords: political theory; Nicos Poulantzas; classes; social movements.

* O artigo é fruto dos avanços da pesquisa pós-doutoral desenvolvida, em 2014, no CEIICH/UNAM, México. Embora tenha mantido a hipótese central – os "movimentos sociais" como representações defasadas de classe na cena política –, aqui apresento versão reduzida e modificada de texto publicado, sob o mesmo título, na revista chilena *Demarcaciones*, n. 2, out. 2014. Agradeço a Renata Gonçalves pela leitura atenta da presente edição e pelas sugestões pertinentes.

** Pós-doutorando do *Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México*. Professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Londrina (UEL); coordenador, na mesma instituição, do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), Londrina-PR, Brasil. End. eletrônico: elielmachado1@hotmail.com.br

A rigor, o tema “movimentos sociais” já foi debatido fora e dentro do mundo acadêmico muitas vezes. Ele ganhou bastante relevância nos anos 1960/70 até praticamente os anos 1990/2000. Várias disciplinas se ocupam dele: ciências sociais, sociologia, antropologia, direito, geografia, história, ciência política etc. Porém, boa parte da literatura a respeito tem se remetido aos oprimidos, explorados e dominados como os principais “sujeitos” dos “movimentos sociais”. Além disso, acreditamos que no marxismo há uma lacuna a respeito, ou seja, não existe uma teoria marxista dos “movimentos sociais”, o que não quer dizer que não tenha sido objeto de debates em seu interior. Talvez isto se deva ao fato de que, durante muito tempo, os marxistas tenham se ocupado, política e teoricamente, do movimento operário, dos seus partidos e sindicatos.

Com o intuito de suprir esta lacuna, buscamos em Nicos Poulantzas algumas contribuições que podem nos ajudar em uma eventual teoria política dos “movimentos sociais”. Mesmo não sendo a sua preocupação central, há pelo menos dois elementos importantes em suas formulações: em primeiro lugar, a autonomia específica do Estado burguês em relação à luta de classes que obriga as classes a organizarem politicamente as suas demandas em direção ao próprio Estado; em segundo, em decorrência desta autonomia, as defasagens das representações de classe na “cena política” por meio dos “movimentos sociais”.

Para atingirmos os objetivos aqui propostos, dividimos este artigo em duas partes: na primeira, fazemos uma breve discussão sobre a complexa relação entre “movimentos sociais”, classes e luta de classes; na segunda e última, apresentamos os “movimentos sociais” como representações defasadas das classes em luta.

Movimentos sociais, classes e luta de classes

Muito já se escreveu sobre “movimentos sociais”, tanto para analisá-los empiricamente quanto teoricamente. O debate é longo e a falta de espaço não permite recuperá-lo. Porém, acreditamos que os autores mais representativos do tema são Alain Touraine (1989), Frank e Fuentes (1989), Alberto Melucci (1989), Sidney Tarrow (1997). Em terras brasileiras, destaca-se Maria da Glória Gohn (2008) e, mais recentemente, há outros autores que também têm procurado contribuir numa perspectiva marxista, como Jair Pinheiro (2007) e Andréia Galvão (2011). A despeito de possíveis diferenças entre eles, talvez haja um elemento em comum: os “movimentos sociais” se remetem aos oprimidos, explorados e dominados. Neste ponto Gohn (2008) se distingue, embora não leve a sua afirmação às últimas consequências: “(...) Reiteramos, a partir dos exemplos históricos, que podemos ter movimentos sociais a partir de setores das elites, das classes dominantes, isto é, seja qual for o paradigma teórico-metodológico que se adote, há sempre movimentos sociais dos dominantes e dos dominados” (2008: 256).

De nossa parte, temos defendido um caminho diverso à maioria das formulações sobre o tema: o de que os “movimentos sociais” dizem respeito a todas as classes sociais nas formações sociais capitalistas dependentes ou avançadas. Da mesma forma que os partidos e sindicatos, eles são representações defasadas das classes em luta. Em outras palavras, seguindo as contribuições de Poulantzas, se as classes não são uma “coisa empírica”, elas são “apreendidas” teoricamente a partir de suas práticas conflitivas de classe por meio dos partidos, dos sindicatos e, por nossa conta, dos “movimentos sociais”.

Como não discutimos “movimentos sociais” descolados da luta de classes, a seguir apresentamos sumariamente qual é o nosso entendimento das classes sociais, pois, como bem sabemos, não há consenso dentro marxismo sobre a sua definição.

Em uma famosa nota de rodapé, Engels afirma o seguinte: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe de assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem”.¹

Sem dúvida, temos aí uma definição de “classe” com a qual não estamos inteiramente de acordo, pois, embora importante, é insuficiente. No fundo, ela se inscreve na problemática da “classe em si”, ou seja, da “classe para o capital”, definida no âmbito das relações econômicas de produção. Por outro lado, se “la relación de explotación está en el centro de la relación de clase”, segundo Bensaïd (2013: 292), sua definição conceitual não pode se restringir a ela.

Para nós, na formulação de Engels, o capital e o trabalho assalariado não são as realidades empíricas dos “capitalistas” e dos “operários” e, portanto, não podem ser designados como “classes sociais”. Isto porque as relações de produção, enquanto estrutura, não são classes sociais. Ou seja, o conceito de classe não pode recobrir a estrutura das relações de produção. Nesta acepção, as classes não se confundem com as estruturas, pois são um efeito delas que distribuem os agentes em classes sociais. Nas palavras de Poulantzas (1977: 64), temos:

De modo preciso, a classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes; esse conceito indica pois os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais. Neste sentido, se a classe é de fato um conceito, não designa contudo uma realidade que se possa estar situada nas estruturas: designa sim, o efeito de um conjunto de estruturas dadas, conjunto esse que determina as relações sociais como relações de classe [grifos no original].

¹ Trata-se de uma nota de Engels à edição inglesa de 1888. Ver: Marx e Engels (2003: 26).

Ainda que o conceito de suporte seja controverso, pois dá margem a entendê-lo como algo mecânico, robotizado ou “pacífico”, em função das determinações estruturais sobre as classes, Poulantzas chega a se referir a elas como portadoras das estruturas:

Ora, esta concepção [histórico-ontológica] ignora dois fatos essenciais: em primeiro lugar que os agentes de produção, por exemplo o operário assalariado e o capitalista, enquanto “personificações” do Trabalho assalariado e do Capital, são considerados por Marx como os *suportes* ou os *portadores* de um conjunto de estruturas; em segundo lugar, que as classes sociais nunca foram *teoricamente* concebidas por Marx como a origem genética das estruturas, porquanto o problema diz respeito à definição do conceito de classe [grifos no original] (1977: 60).

Em outra passagem, Poulantzas recorre a *Para ler o Capital*, de Althusser, e afirma o seguinte: “Esta estrutura das relações de produção ‘determina lugares e funções que são ocupados e assumidos pelos agentes de produção, que não são senão ocupantes destes lugares na medida em que são os ‘portadores’ [Träger] destas funções” (1977: 62). Como efeito global das estruturas e das formações sociais nas quais pertencem, as classes se constituem na luta de classes. É neste sentido que o motor da história é a luta de classes.

A partir destas contribuições de Poulantzas (1974: 13 e ss), sintetizamos o nosso entendimento sobre as classes sociais: a) elas são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seus lugares no processo de produção (relações econômicas de produção), ou seja, as relações políticas e ideológicas também as determinam, tornando-as efeitos destas estruturas e das suas respectivas formações sociais. Estes lugares independem da vontade dos agentes; b) as classes não são um dado apriorístico da realidade para, em seguida, entrarem na luta de classes; c) a *determinação estrutural das classes* deve ser distinguida da posição de classe na conjuntura.

Em uma palavra, a luta de classes aparece, teoricamente, nas suas práticas conflitivas por meio dos partidos, dos sindicatos e, acrescentamos nós, dos “movimentos sociais”.

“Movimentos sociais” como representações políticas defasadas de classe

É muito comum associar o pensamento poulantzano às formulações teóricas sobre o Estado burguês, objeto de seus principais trabalhos, mas pouco se discute se suas análises contribuem para uma teoria política dos “movimentos sociais”. Talvez isso se deva ao fato de que o próprio termo apareça rarefeito em suas obras. Entretanto, em nossa hipótese, é possível subtrair alguns elementos

que ajudam nesta formulação a partir de dois pontos principais: de um lado, a autonomia específica do Estado capitalista em relação às classes e à luta de classes que obriga todas as classes a se organizarem em “movimentos sociais” e, de outro, as defasagens das representações de classe na cena política em relação às instâncias (econômica, política e ideológica) que as determinam.

Se no *Manifesto* o Estado burguês é apresentado como um utensílio da dominação burguesa de classe (é o seu “instrumento”), n’O 18 *Brumário* o tratamento é mais complexo. Sem perder seu caráter último de mantenedor da dominação burguesa, o Estado capitalista é mais que um simples objeto de dominação das classes dominantes, afinal, ele e as demais instâncias do modo de produção capitalista gozam de uma autonomia específica, fator não encontrado nos modos de produção pré-capitalistas. De forma alguma, esta autonomia é absoluta. O Estado não flutua no ar, como se estivesse acima das classes e da luta de classes. Mas, ao mesmo tempo, também não é um utensílio manuseável pelas classes dominantes. Em função desta característica específica e particular do Estado capitalista, as classes se veem obrigadas a se organizarem politicamente para prevalecerem seus interesses particulares e, no caso dos dominantes, a disputarem a hegemonia no interior do bloco no poder. Dito de outro modo, o Estado necessita dessa autonomia para organizar a dominação das classes dominantes.

Nas palavras do próprio autor:

O Estado capitalista, com direção hegemônica de classe, representa não *diretamente* os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus *interesses políticos*: ele é o centro do poder político das classes dominantes na medida em que é o fator de organização da sua luta política. (...) Neste sentido, o Estado capitalista comporta, inscrito em suas próprias estruturas, um jogo que permite, dentro dos limites do sistema, uma certa garantia de interesses econômicos de certas classes dominadas. Isto faz parte da sua própria função, na medida em que essa garantia é conforme à dominação hegemônica das classes dominantes, quer dizer, à constituição política das classes dominantes, na relação com esse Estado, como representativas de um interesse geral do povo [grifos no original] (Poulantzas, 1977: 185).

Em seguida, Poulantzas observa que esta garantia a determinadas demandas das classes dominadas não significa limitação ao poder político das classes dominantes:

É certo que ela é imposta ao Estado *pela luta política e econômica das classes dominadas*: isto apenas significa, contudo, que o Estado não é um utensílio de classe, que ele é o Estado de uma sociedade dividida em classes. A luta de classes nas formações capitalistas implica em que essa garantia, por parte do Estado, de interesses econômicos de certas classes dominadas está inscrita como *possibilidade* nos próprios

limites que ele impõe à luta com direção hegemônica de classe. Essa garantia visa precisamente a desorganização política das classes dominadas, e é o meio por vezes indispensável para a hegemonia das classes dominantes em uma formação em que a luta propriamente política das classes dominadas é possível [grifos no original] (1977: 186).

Ainda sobre esta questão da autonomia do Estado burguês em relação às classes e à luta de classes, Poulantzas nos faz notar que:

(...) A autonomia do político pode permitir a satisfação de interesses econômicos de certas classes dominadas, limitando mesmo, eventualmente, o poder econômico das classes dominantes, restando em caso de necessidade a sua capacidade de realizar os seus interesses econômicos a curto prazo, na única condição porém – tornada possível nos casos do Estado capitalista –, de que o seu poder político e o aparelho de Estado permanecem intactos. Assim, em toda conjuntura concreta, o poder político emancipado das classes dominantes apresenta, nas suas relações com o Estado capitalista, *um limite abaixo do qual uma restrição do poder econômico dessas classes não têm efeitos sobre ele* [grifos no original] (1977: 186-187).

Duas observações importantes: i) o Estado capitalista, mesmo sendo fator de organização da luta política dos dominantes, não significa que abarca a totalidade de suas demandas econômicas. Este processo não é mecânico, pois pode haver conflitos políticos entre a administração da máquina estatal e os interesses dos dominantes. A própria forma da representação popular do Estado, parlamentar e/ou burocrática, cria embaraços que podem se desdobrar em conflitos: mesmo nos marcos do capitalismo, uma determinada política econômica pode desagradar interesses de classes e frações dominantes. Basta lembrarmos, entre inúmeros exemplos, dos *tractorazos* da FFA – *Federación Agraria Argentina* contra o governo de Cristina Kirchner;² ii) o Estado capitalista, ao desorganizar politicamente os dominados, organiza-os em outro coletivo, o “povo-nação”. Ou seja, este Estado, no final das contas, apresenta-se como representante do “povo-nação” e isto tem um efeito real sobre todas as classes sociais, não apenas sobre os dominados, pois transforma todos os indivíduos em cidadãos capazes de estabelecerem contratos. Este mecanismo de diluição das classes afeta todas as classes, mas com a

² Em um destes *tractorazos*, ocorrido em 2011, o presidente da FAA, Eduardo Buzzi, declarou: “Vamos a ir a señalar quiénes son los principales beneficiados con la política oficial triguera. Debemos decirlo con todas las letras: si alguna vez existió en la Argentina un pacto Roca-Runciman, que tanto daño le hizo al país, hoy está funcionando un acuerdo Moreno-Cargill. De esto vamos a hablar con el ministro, que ha tenido la buena voluntad de convocarnos al diálogo”. Ver: <http://www.lapoliticaonline.com/nota/49390/>.

diferença de que, em última instância, o Estado assegura a troca desigual entre o salário pago ao produtor direto pelo capitalista e a extorsão de seu sobretrabalho. Entretanto, esta troca aparece ao conjunto dos agentes das relações de produção (trabalhador assalariado e capitalista) como sendo uma troca entre iguais, regulada legalmente pelo Estado burguês.

Uma vez que o Estado capitalista não é um simples utensílio das classes dominantes, isto as obriga a organizarem politicamente as suas demandas e as direcionarem para o Estado, seja para preservar posições importantes, seja para frearem possíveis avanços das classes dominadas. Dependendo da correlação de forças e do regime político estabelecido, as formas pelas quais se organizam podem se ampliar ou se reduzir. Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx já observava isso:

A burguesia recebia em apoteose o sabre; o sabre dominou-a. Aniquilara a imprensa revolucionária; a sua própria imprensa foi aniquilada. Submetera as assembleias populares à vigilância da polícia; os seus salões encontram-se sob a vigilância da polícia. Dissolvera a Guarda Nacional democrática; a sua própria Guarda Nacional foi dissolvida. Decretara o estado de sítio; o estado de sítio foi decretado contra ela. Substituíra os juízes por comissões militares; os seus juízes foram substituídos por militares. Submetera o ensino do povo aos padres; os padres submeteram-na ao seu próprio ensino. Deportara presos sem julgamentos; é deportada sem julgamento. Reprimira todo o movimento da sociedade pelo poder do Estado; todo o movimento da sua sociedade é esmagado pelo poder do Estado. Rebelara-se, por entusiasmo para com a sua bolsa, contra seus próprios políticos e literatos; os seus políticos e literatos foram postos de lado, mas a bolsa dela vê-se saqueada, depois de amordaçada a boca e de quebrada a pena destes. A burguesia gritara incansavelmente à revolução, tal como Santo Arsênio aos cristãos: *Fuge, tace, quiesce!* Foge, esconde-te, cala-te!; Bonaparte grita à burguesia: *Fuge, tace, quiesce!* Foge, esconde-te, cala-te [grifos no original] (2008: 319-320).

Nesta passagem, duas questões chamam-nos a atenção: em primeiro lugar, no Estado capitalista, uma ditadura de tipo bonapartista pode afetar até mesmo as organizações políticas burguesas, o que demonstra que há um grau de autonomia deste Estado para com as classes dominantes; em segundo, se num determinado momento as classes dominantes puderam exercer o poder político diretamente e, por meio dele, reprimiram os “movimentos da sociedade” – para usarmos os termos utilizados por Marx –, em outro momento, quando de seu exercício indireto (ditadura bonapartista), seus próprios “movimentos” passaram a ser reprimidos pelo mesmo Estado capitalista. Ainda que de forma imprecisa, é interessante a utilização do termo “movimentos da sociedade”, não apenas para se referir aos “proletários”, mas também aos “burgueses”. De qualquer modo,

isto demonstra para o autor que o Estado capitalista goza de certa autonomia em relação às classes e à luta de classes:

Somente sob o segundo Bonaparte parece ter o Estado se autonomizado completamente. A máquina do Estado consolidou-se já de tal modo frente à sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) que basta que encontre à sua frente o chefe da sociedade do 10 de Dezembro (...). Daí o desespero embaraçado, o sentimento da mais intensa humilhação e degradação que oprime o peito da França e contém a sua respiração. Ela sente-se como desonrada. E no entanto, o poder de Estado não flutua no ar. Bonaparte representa uma classe e, sem dúvida, a classe mais numerosa da sociedade francesa: os camponeses detentores de parcelas [grifos no original] (2008: 324-325).

Tendo a autonomia específica do Estado capitalista como pano de fundo, a representação dos interesses de classe terá características específicas. Afinal, se o Estado burguês se apresenta como representante do “povo-nação” por meio da sua burocracia organizada – e isto tem um efeito real sobre os agentes da produção, para usarmos a formulação de Saes (1998: 46), – os interesses das classes serão defasados quando representados na “cena política”. E é aqui que defendemos a hipótese de que os “movimentos sociais” são representações defasadas das classes em luta. Evidentemente que esta é uma digressão teórica nossa, pois Poulantzas trata desta defasagem em relação à representação dos partidos políticos na “cena política”. Ou seja, defendemos a ideia de que as classes não se organizam somente por meio deles e dos sindicatos, mas também dos “movimentos sociais”.

Para Poulantzas, a “cena política” se remete às práticas políticas de classe nas formações sociais capitalistas. Por outras palavras, acompanhando as análises políticas de Marx, Poulantzas (1977: 241-242) afirma que é na “cena política” que se estabelece a sua relação com o sufrágio universal, pois, este precipita numerosas classes para ela, “precisamente pelo fato de constituir, nas circunstâncias concretas estudadas por Marx, um dos fatores de organização de certas classes em partidos”. Em seguida, completa:

O espaço da cena política tem, pois, em Marx, uma função bem precisa: é o lugar onde é possível referenciar uma série de defasagens entre os interesses políticos e as práticas políticas das classes, por um lado, e a sua representação partidária, os próprios partidos políticos, por outro. A cena política, como campo particular de ação dos partidos políticos, encontra-se frequentemente defasada em relação às práticas políticas e ao terreno dos interesses políticos das classes, representadas pelos partidos na cena política: essa defasagem é pensada por Marx através de sua problemática da “representação” [grifos no original] (1977: 242).

Segundo Poulantzas, “se nos colocarmos unicamente no campo da cena política a fim de descobrir as relações de classe, reduzindo essas relações às meras relações partidárias, somos inevitavelmente levados a erros decorrentes do descobrimento dessas defasagens”. E ele exemplifica:

(...) Deparamos frequentemente com situações no interior das quais uma classe política desaparece da cena política continuando embora no bloco no poder. Isto pode ser consequência da derrota eleitoral do seu partido, da desintegração, devida a várias razões, desse partido no campo da cena política, da exclusão desse partido das relações do tipo partidário com os outros partidos das classes dominantes. No entanto, essa ausência de uma classe ou fração da cena política não significa diretamente a sua exclusão do bloco no poder (1977: 243).

Não obstante a ênfase dada por Poulantzas seja em relação à representação partidária na “cena política”, sabemos que a participação institucional das classes no Estado não se dá somente por meio de partidos, com seus representantes num Parlamento (Ridenti, 2001). É importante reter aqui o seguinte: a despeito do nosso destaque aos “movimentos sociais” como representações políticas defasadas de classe, é oportuna a observação de Poulantzas para pensarmos a complexa relação entre o exercício da dominação de classe do “bloco no poder” e a forma como este exercício se desdobra na “cena política”. Ou seja, o “bloco no poder” impõe os limites de ação da “cena política”, ao ponto de permitir ou não a atuação de partidos, sindicatos e, porque não, dos próprios “movimentos sociais”.

Quando propomos os “movimentos sociais” como representações defasadas de classe, precisamos tomar certos cuidados: devido à própria ocupação política no aparelho estatal não ser a mesma para todas as classes em luta, seus “movimentos” não atuam de maneira idêntica. Em outras palavras, do ponto de vista dos “dominantes”, seus “movimentos sociais” apresentam defasagens semelhantes às dos seus “partidos” ao ocultarem o caráter econômico de seus interesses e ao se transformarem em interesses políticos do “povo-nação”. Parece-nos que este ponto é relativamente claro. Entretanto, em relação aos “dominados”, a relação é mais complexa devido às suas determinações de classe: se na luta cotidiana expressam suas “carências” econômicas e sociais (luta por trabalho, moradia, terra, transporte coletivo etc.) ou déficits de direitos (igualdade de gênero, liberdade sexual, aborto etc.), não necessariamente estas demandas revelam interesses de classe para os seus próprios membros. De modo geral, elas podem ser “traduzidas” como déficits de cidadania. Portanto, na “cena política”, a relação entre “carências/déficits” e “classe” apresenta-se defasada. E para torná-la ainda mais nebulosa, o Estado burguês, quando lhes “atende”, dissolve qualquer resquício classista que possa haver, “transformando” as suas demandas

em políticas sociais/assistenciais ou em direitos. No caso dos dominados, opera-se, assim, uma defasagem em sentido inverso – de “baixo” para “cima” – ao “universalizar” uma demanda originariamente de setores populares, situando-a, ao final, no âmbito da cidadania³.

Considerações finais

Do que foi dito anteriormente e a título de ilustração, consideramos, por exemplo, tanto o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como a UDR – União Democrática Ruralista como “movimentos sociais”. Enquanto o primeiro luta contra a falta de terra para trabalhar, o segundo protesta contra a possibilidade de a reforma agrária ameaçar a desapropriação de suas fazendas. Em função das determinações de classe, não significa que estes movimentos tenham o mesmo formato e atuem da mesma maneira na “cena política”: enquanto o MST revela claramente a sua “carência” econômica e social, a UDR oculta o fato de ser um movimento de latifundiários e, ao mesmo tempo, apresenta-se como “democrático”, quando sabemos que se utiliza de aparato paramilitar para combater os militantes sem-terra.

Para uma melhor compreensão dos “movimentos sociais” como defasagens de classe na “cena política” é preciso, de um lado, levar em conta as suas *determinações de classe* e, por outro, as suas *posições de classe* na conjuntura, tarefa que ficará para outro texto.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de (1996). Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo. *Lutas Sociais*, n. 1, São Paulo.
- ALTHUSSER, Louis (1974). *Para uma crítica de la práctica teórica*: respuesta a John Lewis. Buenos Aires: Siglo XXI.
- _____ (1970). *Sobre el trabajo teórico*: dificultades y recursos. Barcelona: Editorial Anagrama.

³ Em Almeida (1996), encontramos algumas hipóteses acerca destas contradições, especialmente no que se refere (i) à capacidade do Estado burguês em constituir a todos os agentes de uma formação social como cidadãos e (ii) à problematização da cidadania como “uma categoria fundamental para a reprodução das condições ‘superestruturais’ da dominação burguesa” (1996: 76).

- BENSAÏD, Daniel (2010). *Cambiar el mundo*. Madrid: Diario Público.
- FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta (1989). Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*, n. 17, São Paulo.
- GALVÃO, Andréia (2011). Marxismo e movimentos sociais. *Crítica Marxista*, n. 32, Campinas.
- MARX, Karl (2008). O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (2003). *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann.
- MELUCCI, Alberto (1989). Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, n. 17, São Paulo.
- PINHEIRO, Jair (2007). As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos. *Lutas Sociais*, n. 17/18, São Paulo.
- POULANTZAS, Nicos (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (1974). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores
- RIDENTI, Marcelo (2001). *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez.
- SAES, Décio (1998). *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: Unicamp/IFCH.
- TARROW, Sidney (1997). *El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza Editorial.
- TOURAINE, Alain (1989). Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, n. 17, São Paulo.